

## A evolução da estrutura do espaço público nas áreas periféricas de Viana do Castelo

GOMES TEIXEIRA, Jorge Manuel - [jteixeira@estg.ipv.pt](mailto:jteixeira@estg.ipv.pt) ; LOIS GONZALEZ, Ruben Camilo - [rubencamilo.lois@usc.es](mailto:rubencamilo.lois@usc.es) ;

Espaço Público Planeamento Urbanismo Território

A cidade portuguesa, tal como a conhecemos, mudou profundamente nos últimos trinta anos. Adquiriu uma nova morfologia e conquistou novos territórios. Pode mesmo dizer-se que “explodiu” quer pelo ritmo de crescimento demográfico e territorial que se operou neste período de tempo quer pelo desenvolvimento do conjunto de relações que aí têm lugar ou nas que se estabelecem com o seu território de referência.

De entre as causas mais comuns ao fenómeno de crescimento urbano observado para o período referido poderemos destacar:

- A melhoria das condições socio-económicas das famílias.
- O aumento da mobilidade.
- A estruturação da rede viária.
- O desenvolvimento de novas formas de propriedade.

O crescimento urbano destas áreas periféricas à cidade consolidada respondeu não só, à demanda demográfica, mas também à dinâmica económica que se associou aos produtos imobiliários numa visão de rentabilidade própria de produtos de natureza empresarial.

Este período sucede aos primeiros sinais de crise do estado providência e atravessa um processo de complexa reestruturação da máquina política e administrativa do Estado. Estas condições de debilidade administrativa, abriram espaço à sucessiva desregulamentação do sector emergente da construção que por seu lado estimulou o crescimento de uma cidade à margem dos tradicionais instrumentos de gestão urbana.

A produção de solo urbano desenrolou-se então ao sabor das pretensões privadas e de acordo com os mecanismos de especulação imobiliária sem nenhum outro apoio que não o de um conjunto de legislação pouco esclarecedora quanto aos aspectos da morfologia urbana e gestão do solo e maioritariamente decorrente do licenciamento de loteamentos urbanos. A legislação sobre a matéria insistiu sempre em aspectos de carácter quantitativos e dimensionais abandonando assim os aspectos de carácter morfológico que estavam na origem do desenvolvimento da cidade tradicional.

A lei de solos existente assim como os aspectos relacionados com uma certa visão sobre o direito de propriedade permitiram que, pelo menos numa primeira fase, todos os terrenos envolventes aos núcleos urbanos e mesmo outros bem mais afastados fossem potencialmente urbanizados dependendo exclusivamente da vontade de proprietários e promotores imobiliários. Este fenómeno abriu naturalmente um conjunto enorme de frentes de urbanização que a débil administração não tinha capacidade de coordenar nem vontade de parar já que muito do financiamento das Autarquias dependia, como depende ainda hoje, das taxas e licenças relacionadas com a própria dinâmica imobiliária.

A emergência de planos de base territorial surge apenas na década de noventa o que, não alterando profundamente o fenómeno, obrigou à densificação desses territórios conquistados, quase exclusivamente, à custa de pequenas intervenções, dispersas no tempo e no espaço que, por sucessiva adição, foram “desenhando” grande parte do território urbano que hoje faz parte das nossas cidades.

A falta de cultura urbana e a escassez de prática urbanística dos intervenientes do processo, assim como a crise dos modelos urbanos de referência, potenciaram um conjunto de problemas no ambiente das cidades que o ritmo com que o crescimento se efectuava parecia fazer esquecer. Neste contexto, o papel do espaço público enquanto elemento estruturador do todo urbano e aglutinador das diferentes intervenções, foi sendo marginalizado uma vez que, durante um largo período de tempo, não mereceu a atenção devida, nem por parte da Administração, nem dos promotores o que resultou, apenas e quase sempre, na cedência necessária para a mera necessidade funcional de suporte ao desenvolvimento da actividade imobiliária.

Aqui, as cidades de média dimensão à escala nacional como é o caso de Viana do Castelo (aqui tratado como exemplo), por se encontrarem à margem dos grandes sistemas metropolitanos, são exemplos mais genuínos deste processo, uma vez que a lógica e ritmo de produção do espaço urbano não responde a estímulos alheios à própria realidade urbana de base, nem à complexidade migratória e especialização funcional própria dessas grandes realidades. As cidades médias marginais a esses sistemas encerram uma realidade mais consentânea com os processos naturais de aglomeração humana de base regional e diversificação funcional. É também perante este cenário de cidades médias que o fenómeno se desenvolve com mais rapidez, já que até à década de sessenta desempenhavam apenas um papel administrativo de proximidade a uma realidade social de matriz rural.

As cidades de média e pequena dimensão que, em regra, se encontravam à margem dos processos de planeamento urbano de iniciativa pública, não foram também o principal objecto da produção regulamentar que se seguiu pelo que faz deste fenómeno uma realidade ainda mais particular. A cidade foi crescendo sem plano e com regulamentos que lhe eram, em grande medida, desadequados.

Agora que este ciclo de crescimento urbano se encerra, quer pelos sinais claros de saturação do mercado imobiliário quer pela relativa estabilidade demográfica é chegado o tempo de repensar a cidade que temos. Assim, este estudo pretende, a partir do sistema do espaço

público existente, compreender este fenómeno observado na periferia destas cidades tendo por base Viana do Castelo, que sirva de base ao equacionar de uma metodologia operativa que permita “fazer cidade a partir da cidade”.